

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A HRT Participações em Petróleo S.A. (Companhia ou H RTP) foi constituída em 17 de julho de 2009 por meio da transformação da BN 16 Participações Ltda., em sociedade anônima sob aquela denominação. Mantém sua sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Brasil tendo como objeto social: (1) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, independentemente de sua atividade; e (2) (i) a prestação de serviços de consultoria e projetos de investigação nas áreas de meio ambiente, petróleo, gás natural, mineração, prestando assessoria profissional a empresas nas áreas de coleta, análises químicas (orgânica e inorgânica) e interpretação de dados de natureza geológica, geoquímica, geofísica e sensoriamento remoto de tais dados, bem como consultoria em comércio exterior; (ii) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (iii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustíveis e produtos derivados de petróleo; e (iv) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica.

A Companhia HRT tem suas atividades voltadas para a exploração e produção de óleo e gás natural, operando na Bacia Sedimentar do Solimões, Estado do Amazonas, na Namíbia, na costa oeste da África, e atualmente também na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia dispõe em seu portfólio de 28 blocos exploratórios posicionados *onshore* e *offshore*, sendo 16 blocos *onshore* na Bacia do Solimões, do qual é o operador com participação de 55%. Ainda no Brasil, o Grupo detém 10% de participação em 2 blocos exploratórios em bacias *onshore*, situados nas Bacias do Recôncavo (BA), do Espírito Santo (ES) e do Rio do Peixe (PB). Na Namíbia, a controlada HRT Africa é operadora de 10 blocos exploratórios situados no *offshore* nas bacias de Walvis e Orange. As Notas Explicativas 12, 13 e 14 apresentam maiores detalhes das operações mantidas pelo Grupo e suas controladas.

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, vem efetuando os investimentos necessários para cumprir com seu programa exploratório e obter acesso às reservas suficientes para o sucesso de suas operações futuras.

Para continuar financiando sua campanha exploratória na Namíbia e no Solimões, o Grupo pretende levantar recursos por meio da realização de novas parcerias e redução em suas participações nos blocos exploratórios (processos conhecidos no setor de petróleo e gás como *farm down* ou *farm out*).

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 6 de maio de 2013 a HRT Participações em Petróleo S.A., juntamente com sua subsidiária HRT Oil & Gas Ltda. ("HRTOG"), celebraram contrato de compra e venda com a BP Energy do Brasil Ltda. ("BP") para adquirir 60% de participação no Campo de Polvo no valor de US\$135 milhões, com data de vigência em 1º de janeiro de 2013. A HRT e a HRTOG assinaram um contrato de empréstimo com o banco Credit Suisse para financiar a maior parte do valor da aquisição.

O Campo de Polvo está localizado na porção sul da Bacia de Campos, a 100 km a leste da cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. A produção diária é de aproximadamente 13.000 barris, com 20.3 _ API, por meio de três reservatórios produtores: arenitos da Formação Carapebus, idades Maastrichtiana e Turoniana, e carbonatos da Formação Macaé/Membro Quissamã, de idade Albiana.

A licença cobre uma área de aproximadamente 134 km² com vários prospectos para futuras explorações.

O Contrato de Compra e Venda também contempla a aquisição de 100% de participação na empresa BP Energy América LLC, proprietária de uma plataforma fixa, "Polvo A", e de uma sonda de perfuração de 3.000 HP, equipamentos necessários para a operação do campo. A plataforma "Polvo A" está interligada ao "FPSO Polvo", que tem capacidade para separação de hidrocarbonetos, tratamento da água, estocagem e transferência de óleo.

Em 18 de dezembro de 2013 a Cessão de Direitos relativa a participação no Campo de Polvo da BP Energy do Brasil Ltda. ("BP") foi aprovada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através do Ofício nº 1.397/2013/SEP.

As etapas finais previstas no contrato de compra e venda ("Purchase" ou and Sale Agreement "PSA") foram concluídas na primeira quinzena de janeiro de 2014, e a HRTOG se tornou a operadora do Campo de Polvo.

Este novo ativo consolidou a intenção da Companhia em diversificar seu portfólio, agora operacional como uma produtora de petróleo, e com geração de caixa a partir de janeiro de 2014.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso do Grupo, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras estão fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 14 - Intangível, principalmente as que se referem a baixas e valor recuperável dos ativos de Óleo & Gás.
- Nota nº 17 - *Impairment*.
- Nota nº 20 - Imposto de renda e contribuições sociais correntes e diferidos.
- Nota nº 21.2 - Opção de compras de ações.
- Nota nº 25 - Instrumentos financeiros.
- Nota nº 28 - Provisão para Contingências.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de apresentação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC em vigor em 31 de dezembro de 2013.

A Administração do Grupo autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 27 de março de 2014.

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 incluem as informações financeiras da controladora e das controladas HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("HRTOG"), Integrated Petroleum Expertise Company Ltda. ("IPEX"), HRT Africa S.A. ("HRTAF"), HRT Netherlands B.V. ("HRTN"), HRT America Inc. ("HRTA") e Air Amazonia ("AA").

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a HRT obtém o controle até a data que esse controle deixe de existir. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas controladas corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (a) eliminação dos saldos de ativos e/ou passivos entre as sociedades consolidadas; (b) eliminação dos investimentos contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade controlada; e (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades consolidadas.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente consideradas como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidos de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Combinação de negócios--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Investimentos em coligadas e em *joint ventures*

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos do Grupo em suas coligadas e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Investimentos em coligadas e em *joint ventures*--Continuação

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações da participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução do valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas ou *joint venture*. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das coligadas ou na *joint venture*, o Grupo reconhecerá a sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação do Grupo nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

As demonstrações financeiras das coligadas ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Grupo em suas coligadas ou *joint venture*. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica "Participação em lucros de coligada e *joint venture*", na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Investimentos em coligadas e em *joint ventures*--Continuação

Ao perder influência significativa sobre as coligadas ou controle conjunto sobre a *joint venture*, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil das coligadas ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

2.5. Classificação corrente *versus* não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Classificação corrente *versus* não corrente--Continuação

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante, independente de prazo.

2.6. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

2.7. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas, e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas da controlada IPEX é reconhecida à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento da receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros designados como valor justo através do resultado, que incluem ativos financeiros mantidos para negociação e instrumentos derivativos, são marcados a mercado a cada período, em contrapartida à receita financeira.

2.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.9. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o Grupo de ativou ou alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

Na demonstração consolidada do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucros após impostos, mesmo quando o Grupo detiver participação não controladora após a venda. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantido para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução do seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e do valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável e incluem os gastos com direitos e concessões, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para a obtenção de concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Estes custos incluem materiais e combustíveis utilizados, aluguéis de sondas e outros incorridos com terceiros.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Intangível--Continuação

Caso não sejam encontradas reservas comerciais, os gastos efetuados em cada poço exploratório serão baixados ao resultado. Se reservas forem encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras, pelo menos anualmente, para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para “ativos de óleo e gás”.

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infra-estrutura (como plataformas, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento e de delimitação) são capitalizadas como “ativos de óleo e gás”.

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo.

As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente destas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. Tais estimativas serão revistas pelo menos uma vez por ano ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada, mensalmente, em base *pró-rata* considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como bônus de assinatura, bases de apoio, gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Intangível--Continuação

Instalações e infra-estrutura, cuja vida útil econômica é inferior a vida econômica das reservas do campo, serão depreciados pelo método linear.

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas serão classificadas em rubrica específica ("perdas no valor recuperável de ativos") na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela Administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada área. A Administração monitora periodicamente os indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos seus ativos.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Empréstimos e contas a receber
- Investimentos mantidos até o vencimento
- Investimentos financeiros disponíveis para venda

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

O Grupo não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

O Grupo avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando o Grupo não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, o Grupo pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver alguma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. O Grupo não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são apurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O Grupo não registrou nenhum ativo financeiro disponível para venda durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassê”; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do Grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o Grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o Grupo avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros disponíveis para venda--Continuação

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é revertida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas, quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e, como passivos financeiros, quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações:

- Hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

- Hedge de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.
- Hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, o Grupo classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual o Grupo deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que o Grupo irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* relacionada ao risco objeto de *hedge* é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de *hedge*, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Hedge de valor justo--Continuação

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda no resultado.

O Grupo conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo garantindo à taxa fixa de 4%.

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco do Grupo para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Hedge de fluxo de caixa--Continuação

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

O Grupo utiliza contratos de câmbio a termo para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a transações previstas futuras altamente prováveis e a compromissos firmes, bem como contratos a termo de commodities contra a sua exposição à volatilidade nos preços de commodities.

Hedges de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive hedge de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao hedge de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de hedge relacionado à parte eficaz do hedge são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.16. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo constituiu provisão no valor de R\$260.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Transações envolvendo pagamento em ações

Funcionários (inclusive executivos) do Grupo e de suas controladas receberam remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas, com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza-se de um especialista de precificação que emprega um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal", em contrapartida à conta "ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido", e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicionada a um evento de mercado (condição conectada ao preço das ações do Grupo), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas de pessoal" corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais--Continuação

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle do Grupo ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído (Nota 21.3).

O Grupo não mantém transações envolvendo pagamentos em ações com previsão para liquidação com caixa.

2.18. Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (em milhares de Reais - R\$), que é a moeda funcional da controladora.

A moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, em função de seu plano de negócios e principalmente em decorrência dos seus custos de operação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional aplicando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Conversão de saldos em moeda estrangeira--Continuação

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Grupo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação do Grupo e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade e expressas em reais.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente (PTAX de venda publicada pelo BACEN) na data da transação e dos respectivos encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Grupo como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Grupo como arrendador

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03R2.

2.22. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013. Esses incluem o CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, e o CPC 46 Mensuração do Valor Justo.

Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações do Grupo, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas - A revisão do CPC 36 (R3) contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - International Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

Este Pronunciamento não trata dos requisitos contábeis para combinação de negócios e seus efeitos sobre a consolidação, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) resultante de combinação de negócios (Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de Negócios).

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2013

--Continuação

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33") - A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46") - O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

O CPC 46 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com os CPCs. O CPC 46 define valor justo como preço de saída. Como resultado da orientação, o Grupo reavaliou para mensuração dos valores justos, especialmente as informações sobre avaliação, como, suas políticas por exemplo, risco de não execução para mensuração de passivos a valor justo.

2.24. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão divulgados abaixo. O Grupo pretende adotar esses pronunciamentos quando aplicáveis.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.24. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013-- Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros do Grupo, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. O Grupo quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27) - As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. O Grupo não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32 - Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.24. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013-- Continuação

IFRIC 21 Tributos - O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39 - Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. O Grupo não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Julgamentos--Continuação

No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de arrendamento operacional - Grupo como arrendador

O Grupo contratou arrendamentos mercantis comerciais na sua carteira de propriedades para investimento. O Grupo determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens; desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

Anualmente, a empresa faz uma avaliação sobre a recuperabilidade dos seus ativos (*impairment*) localizados na bacia de Solimões e Namíbia onde detém a operação dos respectivos blocos.

Esta análise dos ativos exige a aplicação de julgamentos e está sujeita a revisões anuais, ou em um intervalo menor, caso haja indicio de alterações significativas. Para tal avaliação utilizamos uma consultoria especializada neste ramo, a D&M (Degolyer and Macnaughton).

O resultado do parecer correspondente aos prospectos da Namíbia reduziu em 31% o volume de barril de óleo equivalente quando comparado ao último relatório emitido em 2012. Esta variação ocorreu em função dos resultados da campanha exploratória realizada em 2013 no qual houve a perfuração de três poços localizados em Moosehead, Wingat e Murombe. Adicionalmente a Companhia reavaliou sua expectativa de monetização dos recursos prospectivos gasosos presentes na bacia da Namíbia e registrou o *impairment* correspondente em linha com as boas práticas contábeis.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*--Continuação

Na bacia de Solimões com relação aos prospectos tivemos uma redução de 41% no volume de óleo equivalente decorrente do resultado da perfuração do poço 11 localizado no bloco 172. Já com relação aos recursos contingentes não houve alteração que gerasse necessidade de alteração no montante do ativo.

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$678.361 (2012: R\$403.963). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Se o Grupo fosse capaz de reconhecer todos os impostos diferidos ativos não reconhecidos, haveria aumento de lucro em R\$230.206. Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 20.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas --Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Transações com pagamentos baseados em ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível.

contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões

O Grupo reconhece provisão para causas judiciais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Investimento em Controlada

Conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Financeiras Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma controlada é uma entidade na qual, o Grupo, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerça influência significativa.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária em controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado da controladora reflete a parcela dos resultados das operações das controladas na rubrica de 'resultado de equivalência patrimonial'. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada e controlada, o Grupo reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará este fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Grupo e suas coligadas e controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida.

A participação societária em controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível proporcional ao percentual de participação.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Controladora determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas e controladas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas coligadas e controladas sofreram perda por redução do valor recuperável. Se assim for, calcula-se o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre aquele e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento, para a avaliação do seu desempenho e para que haja informação financeira individualizada disponível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	1	-	1	187
Bancos	17	130	33.581	37.421
	18	130	33.582	37.608

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Para negociação	18.165	318.197	120.957	870.650
	18.165	318.197	120.957	870.650

As aplicações financeiras constituem-se, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, emitidos por bancos de primeira linha. As aplicações financeiras, no Brasil, são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, enquanto que no exterior a referência é a taxa Libor.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Títulos e valores mobiliários--Continuação

A seguir, apresentamos quadro resumo das aplicações por tipo de instrumento financeiro:

Para negociação

Banco	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Certificado de Depósito Bancário (CDB)						
Banco do Brasil	Mai/14	CDI	-	-	-	18.126
BTG Pactual	Abr/14 a Maio/14	CDI	-	-	-	210.290
Votorantim	Jan/14	CDI	-	74.668	-	128.636
			-	74.668	-	357.052
Compromissada						
Bradesco	Mai/13	CDI	-	-	31.033	102.563
Itaú BBA	Ago/15	CDI	18.165	136.955	35.248	159.669
BTG Pactual	Jun/14	CDI	-	-	31.023	-
Citibank			-	-	22.688	-
Chase			-	-	965	-
Santander	Nov/13 a Abr/15	CDI	-	106.574	-	193.568
			18.165	243.529	120.957	455.800
JP Morgan	N/A	Libor	-	-	-	49.654
Outros			-	-	-	8.144
Total de aplicações para negociação			18.165	318.197	120.957	870.650

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social	14.222	20.714	36.829	38.453
Imposto sobre Serviço	-	-	41	329
INSS	-	-	37	5.369
VAT	-	-	-	7.356
Outros	-	-	5.616	6.199
	14.222	20.714	42.523	57.706

9. Ativo mantido para venda

Em 2012, o Grupo iniciou o processo de desinvestimento de ativos não estratégicos. Este processo inclui a venda da frota remanescente de helicópteros, a controlada IPEX e as sondas helitransportáveis, além da venda da subsidiária Air Amazonia e parte da frota de aeronaves, que foi concluída no terceiro trimestre de 2013.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo mantido para venda--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo possui a intenção de desinvestimento das atividades de apoio relacionadas a exploração na Bacia de Solimões. Para isso está disponibilizando para venda a totalidade de suas aeronaves e sondas de perfuração.

Aeronaves	
Custo das aeronaves	151.639
Depreciação acumulada das aeronaves	(31.858)
Baixa das aeronaves vendidas	(64.005)
Ajuste de conversão	16.050
Valor justo das aeronaves	<u>71.826</u>
Sondas	
Custo das sondas	126.860
Perda por redução a valor de mercado	(59.994)
Ajuste de conversão	16.848
Valor justo das sondas	<u>83.714</u>
Total	<u>155.540</u>

Em 03 de setembro de 2013 o Grupo alienou sua subsidiária Air Amazonia para a Erickson, além de 6 (seis) helicópteros, dos quais 4 pertenciam da HRT BV e 2 pertenciam HRT O&G, pelo valor de US\$26 milhões, sendo US\$23 milhões (R\$54,7 milhões) já recebidos e os US\$3 milhões (R\$7 milhões) adicionais a serem recebidos em até 12 meses.

Nessa mesma transação, foi concluída a assinatura de um contrato de prestação de serviços para suporte às operações da HRT na Bacia do Solimões pelo período de 1 ano, com a opção de renovação anual para 4 anos adicionais. Além disso, o Grupo concedeu à Erickson o direito de preferência para a compra da frota remanescente de 8 (oito) helicópteros e na prestação de serviços de suporte para futuras operações em outras regiões.

O Contrato de Serviços foi aprovado pelo Comitê Gestor da *Joint Venture* entre a HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. e Rosneft Brasil E&P Ltda., que detém direitos exploratórios de 16 blocos na Bacia do Solimões.

Adicionalmente, a HRT O&G concluiu a venda de dois aviões, tendo recebido US\$3,5 milhões (R\$8,2 milhões) e a HRT BV concluiu a venda de um helicóptero, tendo recebido US\$1,7 milhões (R\$4 milhões).

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				
Queiroz Galvão Óleo & Gás	-	-	13.347	8.174
Geoquasar Energy	-	-	15.530	-
Outros	113	151	4.131	2.016
	113	151	33.008	10.190
Não circulante				
Queiroz Galvão Óleo & Gás	-	-	-	12.706
	-	-	-	12.706
	113	151	33.008	22.896

O valor adiantado à Queiroz Galvão refere-se a cláusula 24.2 dos contratos das Sondas QG-VIII e QG-IX os quais passaram a ser descontados do faturamento mensal das Sondas a partir de outubro de 2012.

11. Adiantamento de parceiros em operações de óleo e gás

Solimões

Em 2011, a HRT OG assinou com a Rosneft Brasil E&P o FOA (Farm-out agreement) referente aos 21 blocos do consorcio Solimões, através do qual a HRT OG comprometeu-se a custear os investimentos no âmbito do programa exploratório do consórcio Solimões sem a participação proporcional da Rosneft Brasil E&P, até março/2013, no montante total de desembolsos equivalente a US\$175 milhões.

Até 31 de dezembro de 2013, a Rosneft Brasil E&P realizou todos os pagamentos emitidos através dos cash calls apurados até novembro/2013, na proporção de sua participação de 45%.

Namíbia

Em 26 de novembro de 2012, a HRT, através de suas subsidiárias namibianas, assinou o FOA com a companhia Galp Energia através do qual transfere 14% dos direitos exploratórios em 3 licenças (PEL 23, 24 e 28). Esta operação foi aprovada pelo Ministério de Minas e Energia em 24 de janeiro de 2013.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Adiantamento de parceiros em operações de óleo e gás--Continuação

Namíbia--Continuação

Até 31 de dezembro de 2013 a HRT já havia recebido três aportes da GALP, nos montantes de US\$76.271 (equivalente a R\$170.085) relacionados a perfuração dos poços de Wingat, Murombe e Moosehead. Os valores recebidos já foram alocados aos respectivos projetos.

	<u>31/12/2013</u>
Cash calls	(194.064)
Billing statements	168.168
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(25.896)</u>

12. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo apresentava a seguinte estrutura de participações diretas em empresas controladas:

- **IPEX - Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda. ("IPEX")**

A controlada foi constituída em 31 de julho de 2004 sob a denominação de High Resolution Technology & Petroleum Ltda., para atuar na prestação de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas, dentro da atividade de exploração de petróleo no Brasil. Em 2009, a razão social da controlada foi alterada para Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda.

- **HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("HRTOG")**

A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

- **HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (“HRTOG”)**--Continuação

A HRTOG detém atualmente 55% dos direitos de exploração em dois Consórcios (BT-SOL 4 e BT-SOL 4A) compreendendo um total de dezesseis blocos da Bacia de Solimões.

A HRTOG em 31 de dezembro de 2013, possui um percentual de participação de 7,91% do capital da HRTAF.

Desde 2011 a controlada foi qualificada pela ANP, também, como “Operadora “B”, ou seja, está autorizada a atuar tanto em blocos *onshore* (operadora “A”) quanto em *offshore*, neste caso, até 400 metros de profundidade.

- **HRT Netherlands B.V. (“HRTN”)**

A controlada foi constituída em 15 de junho de 2010, com sede em Amsterdam, na Holanda, tendo como objeto social atividades relacionadas a petróleo e gás, exportação e importação, operações de *leasing* e participação em sociedades, dentre outras.

- **HRT America Inc (“HRTA”)**

Em 04 de março de 2011, foi constituída a HRT America Inc. (HRTA), incorporada sob as leis do estado de Delaware e com instalações em Houston (EUA). A controlada foi constituída basicamente para prestar serviços de geologia e geofísica para as coligadas, principalmente para a HRTAF e suas controladas.

- **HRT Africa (“HRTAF”)**

A controlada, inicialmente denominada Labrea Petróleo S.A. teve a alteração de sua denominação social para HRT Africa, aprovada em 30 de março de 2011 pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

- **HRT Africa (“HRTAF”)--Continuação**

Em 17 de junho de 2011 foi constituída a filial da HRT África na Namíbia.

Durante o exercício de 2012 a HRTP promoveu uma reestruturação societária, simplificando a estrutura societária do Grupo e centralizando os ativos localizados na República da Namíbia em subsidiárias namibianas criadas com este objetivo.

Como parte dessa reestruturação, a HRT Canada Inc. (HRTC) foi aportada à HRT Africa e mais duas empresas namibianas foram criadas: HRT Walvis e HRT Luderitz. Dessa forma, os ativos que o Grupo detém licença exploratória na República da Namíbia ficaram consolidados sob uma única estrutura societária, tendo como matriz, a HRTAF no Brasil.

A HRTAF possui participação em dois blocos na Bacia do Recôncavo, um bloco na Bacia do Rio do Peixe e um bloco na Bacia do Espírito Santo.

- **Air Amazonia Serviços Aéreos Ltda. (“AA”)**

Em 18 de março de 2011, a HRTP procedeu ao registro da Air Amazônia Serviços Aéreos Ltda. na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo principal de viabilizar a logística aérea no transporte de pessoas e equipamentos relacionados às atividades de óleo e gás, na campanha exploratória na Bacia do Solimões.

Em 06 de março de 2013, a Companhia celebrou um Termo de Compromisso vinculante com a empresa americana Erickson Air Crane Inc. (Compradora) para a venda de seus negócios de logística aérea.

A transação envolve a transferência de uma das suas subsidiárias (Air Amazonia) e seis aeronaves da frota de asa rotativa (helicópteros). Prevê ainda que a Compradora prestará serviços aéreos para o Grupo HRT por um período de 1 ano. O Contrato de Serviços foi aprovado pelo Comitê Gestor da Joint Venture entre a HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. e Rosneft Brasil E&P Ltda., que detém direitos exploratórios de 16 blocos na Bacia do Solimões.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

Portfólio de concessões

Em 31 de dezembro de 2013 as controladas do Grupo participavam das seguintes concessões nas bacias brasileiras e dos seguintes *Petroleum Exploration Licence* nas bacias Namibianas:

País	Bacia	Bloco	Operador	% HRT
Brasil	Solimões	SOL-T-169	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-168	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-170	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-191	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-192	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-214	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-215	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-216	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-217	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-194	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-195	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-151	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-174	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-197	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-196	HRTOG	55%
Brasil	Solimões	SOL-T-218	HRTOG	55%
Brasil	Espírito Santo	ES-T-400	HRTAF	10%
Brasil	Recôncavo	REC-T-158	HRTAF	10%
Namíbia	Orange	PEL028	HRT Luderitz	77,2%
Namíbia	Orange	PEL024	Kunene	86%
Namíbia	Orange	PEL022	Orange	95%
Namíbia	Walvis	PEL023	HRT Walvis	86%

(*) Os prazos do período exploratório, bem como as atividades previstas estão detalhadas na Nota Explicativa 22.

Em 26 de novembro de 2012 foi anunciado a celebração de Contrato de Farm-Out com o Grupo Galp Energia com relação à cessão de 14% de participação sobre os direitos exploratórios em três (3) Licenças Exploratórias de Petróleo ("PEL") no offshore da Namíbia - PEL 23, 24 e 28. Em 31 de dezembro de 2012, a finalização da transação estava condicionada à aprovação do Ministério das Minas e Energia ("MME") do Governo da Namíbia, o que ocorreu em 24 de janeiro de 2013.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

Portfólio de concessões--Continuação

a) Composição do investimento

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.	1.049.485	1.820.451
IPEX - Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda.	(4.048)	(4.303)
HRT Netherlands B.V	-	211.023
Air Amazônia	-	(64.502)
HRT América	12.174	13.334
HRT África	434.085	1.468.334
	1.491.696	3.444.337

b) Movimentação do investimento

	HRT OG	IPEX	HRT BV	HRT África	HRT América	HRT Canada	Air Amazônia	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	1.375.143	5.350	175.007	52.671	3.545	1.660.099	(1.922)	3.269.893
Aumento de capital	484.360	-	61.870	106.034	1.836	-	1.016	655.116
Incorporação da UNX pela África	-	-	-	1.253.569	-	(1.253.569)	-	-
IR diferido sobre incorporação	-	-	-	89.676	-	(406.530)	-	(316.854)
Operações de derivativos	(9.393)	-	-	-	-	-	-	(9.393)
Resultado de equivalência patrimonial	(31.645)	(9.653)	(44.858)	(84.029)	7.072	-	(63.596)	(226.709)
Ajustes de conversão	1.986	-	19.004	50.413	881	-	-	72.284
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.820.451	(4.303)	211.023	1.468.334	13.334	-	(64.502)	3.444.337
Aumento de capital	34.016	-	-	217.940	-	-	2.612	254.568
Incorporação da HRT BV pela África	-	-	(283.807)	283.807	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(794.361)	255	50.921	(1.428.065)	(3.106)	-	73.802	2.100.554
Venda de participação societária	-	-	-	-	-	-	(11.912)	(11.912)
Ajustes de conversão	(10.621)	-	21.863	13.890	1.946	-	-	27.078
Impairment	-	-	-	(121.821)	-	-	-	(121.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.049.485	(4.048)	-	434.085	12.174	-	-	1.491.696

(*) O ágio apurado na aquisição da HRT Canadá (ex-UNX) é composto por dois valores: (i) R\$1.195.677 referentes à diferença entre o valor justo e o acervo contábil do Grupo; e (ii) R\$406.530 referentes ao imposto de renda diferido, gerado sobre o ágio.

(*) Em razão da reestruturação societária efetuada ao longo do segundo trimestre, a parcela do ágio e do passivo fiscal diferido no valor total de R\$406.530 que dele se originou na aquisição da HRT Canadá (antiga UNX) relativa ao efeito da diferença entre as bases contábeis e fiscais dos ativos adquiridos aplicada a alíquota efetiva de tributação no Canadá de 26,5% foi transferido (*pushed down*) para a controlada HRT África. A tributação adicional a ser oferecida no Brasil de 7,5%, decorrente da diferença da alíquota fiscal Brasileira de 34% e a alíquota Canadense permanece na controladora, assim como o correspondente ágio por rentabilidade futura.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

Portfólio de concessões--Continuação

c) Informações relevantes sobre as investidas

	HRTOG	IPEX	HRT Africa	HRT America
Participação direta	99,99%	99,99%	84,17%	100,00%
Participação indireta	-	-	15,83%	-
Patrimônio líquido	1.049.485	(4.048)	491.008	12.174
Resultado do exercício	(794.361)	255	(1.639.427)	(3.106)
Total dos ativos	1.409.372	5.708	574.938	13.570

(*) A receita entre partes relacionadas da IPEX, HRT BV e AA foi eliminada contra a rubrica de intangível para fins de cálculo de investimento e equivalência patrimonial, tal qual para fins de consolidação.

13. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação %	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 31/12/2012
Em operação						
Aeronaves	10	-	-	-	-	133.838
Esculturas		26	-	-	26	26
Embarcações	10	694	(151)	-	543	613
Máquinas e equipamentos	10	12.241	(3.564)	-	8.677	9.788
Móveis e utensílios	10	6.477	(2.454)	135	4.158	4.826
Equipamentos de comunicação	20	542	(277)	-	265	359
Veículos	20	10.065	(4.668)	184	5.581	7.362
Equipamentos de informática	20	10.516	(6.133)	256	4.639	6.589
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	68.245	(11.131)	420	57.534	60.394
Instalações	10	9.406	(1.427)	1.004	8.983	8.786
Em andamento						
Material para uso e consumo (poços)		41.989	-	-	41.989	39.446
Adiantamento para aquisição de guindastes		5.903	-	826	6.729	5.641
Adiantamento para aquisição de sonda		-	-	-	-	115.108
Outros		-	-	-	-	1.086
Total		166.104	(29.805)	2.825	139.124	393.862

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Impairment	Ajuste de conversão	Transf. para ativo mantido para venda	Saldo em 31/12/2013
Em operação								
Aeronaves	133.838	-	(64.005)	(14.057)	-	16.050	(71.826)	-
Esculturas	26	-	-	-	-	-	-	26
Embarcações	613	-	-	(70)	-	-	-	543
Máquinas e equipamentos	9.788	112	-	(1.223)	-	-	-	8.677
Móveis e utensílios	4.826	323	(373)	(657)	-	39	-	4.158
Equipamentos de comunicação	359	5	-	(99)	-	-	-	265
Veículos	7.362	43	-	(1.932)	-	108	-	5.581
Equipamentos de informática	6.589	-	(197)	(1.878)	-	125	-	4.639
Benfeitorias em imóveis de terceiros	60.394	-	(96)	(3.068)	-	304	-	57.534
Instalações	8.786	-	-	(575)	-	772	-	8.983
Em andamento								-
Material para uso e consumo (poços)	39.446	2.543	-	-	-	-	-	41.989
Adiantamento para aquisição de guindastes	5.641	262	-	-	-	826	-	6.729
Adiantamento para aquisição de sonda	115.108	11.752	-	-	(59.994)	16.848	(83.714)	-
Outros	1.086	-	(1.086)	-	-	-	-	-
Total	393.862	15.040	(65.757)	(23.559)	(59.994)	35.072	(155.540)	139.124

	Saldo em 01/01/2012	Adições	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2012
Em operação					
Aeronaves	131.460	15.488	(22.884)	9.774	133.838
Esculturas	26	-	-	-	26
Embarcações	682	26	(95)	-	613
Máquinas e equipamentos	7.631	3.174	(1.017)	-	9.788
Móveis e utensílios	5.231	344	(845)	96	4.826
Equipamentos de comunicação	460	24	(125)	-	359
Veículos	9.254	1.013	(2.981)	76	7.362
Equipamentos de informática	6.002	3.580	(3.124)	131	6.589
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62.965	-	(2.687)	116	60.394
Instalações	7.888	1.198	(533)	233	8.786
Em andamento					-
Material para uso e consumo (poços)	36.534	2.912	-	-	39.446
Adiantamento para aquisição de guindastes	2.136	3.314	-	191	5.641
Adiantamento para aquisição de sonda	52.986	57.385	-	4.737	115.108
Outros	13	1.073	-	-	1.086
Total	323.268	89.531	(34.291)	15.354	393.862

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de amortização (%)	Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012
Ativos de petróleo e gás			
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	(*)	135.707	167.095
Bônus de assinatura - Bacia de Walvis	(*)	10.449	53.689
Bônus de assinatura - Bacia de Orange	(*)	349.335	1.278.703
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	(*)	151	165
Gastos exploratórios	(*)	487.488	810.270
Softwares e outros	20	11.018	11.018
Ágio	(**)	-	406.530
		994.148	2.727.470
Amortização acumulada		(5.833)	(4.059)
Total		988.315	2.723.411

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Amortização	Impairment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2013
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	167.095	-	(20.445)	-	(10.943)	-	135.707
Bônus de assinatura - Bacia de Walvis	53.689	-	-	-	(43.240)	-	10.449
Bônus de assinatura - Bacia de Orange	1.278.703	-	-	-	(973.971)	44.603	349.335
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	165	-	(14)	-	-	-	151
Gastos exploratórios	810.270	438.733	(570.706)	-	(190.809)	-	487.488
Softwares e outros	6.959	-	-	(1.774)	-	-	5.185
Ágio	406.530	-	-	-	(406.530)	-	-
	2.723.411	438.733	(591.165)	(1.774)	(1.625.493)	44.603	988.315
	Saldo em 01/01/2012	Adições	Baixas	Amortização	Impairment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2012
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	167.095	-	-	-	-	-	167.095
Bônus de assinatura - Bacia de Walvis	53.689	-	-	-	-	-	53.689
Bônus de assinatura - Bacia de Orange	1.278.703	-	-	-	-	-	1.278.703
Bônus de assinatura - Reconcavo - ES	165	-	-	-	-	-	165
Gastos exploratórios	279.428	574.957	(44.115)	-	-	-	810.270
Softwares e outros	5.232	3.043	-	(1.316)	-	-	6.959
Ágio	406.530	-	-	-	-	-	406.530
	2.190.842	578.000	(44.115)	(1.316)	-	-	2.723.411

(*) Os bônus de assinatura e gastos exploratórios serão amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas. Caso não sejam identificadas reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis, estes gastos serão lançados no resultado.

(**) Este ágio foi gerado no momento da aquisição da HRT Canadá

Em 31 de dezembro de 2013, foram lançados no resultado o valor de R\$591.165 referentes aos gastos exploratórios de poços declarados “sem capacidade produtiva”.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

Segue abaixo o bônus de assinatura referente a cada bloco:

Blocos	31/12/2012	Baixa/ impairment	Ajuste de conversão	31/12/2013
<i>Onshore</i>				
SOL-T-148	664	(664)	-	-
SOL-T-149	3.966	(3.966)	-	-
SOL-T-168	10.492	-	-	10.492
SOL-T-169	5.802	-	-	5.802
SOL-T-170	7.019	(3.009)	-	4.010
SOL-T-191	9.903	-	-	9.903
SOL-T-192	10.561	-	-	10.561
SOL-T-214	9.892	-	-	9.892
SOL-T-215	10.553	-	-	10.553
SOL-T-216	10.553	-	-	10.553
SOL-T-217	10.553	-	-	10.553
SOL-T-151	8.593	-	-	8.593
SOL-T-172	3.304	(3.304)	-	-
SOL-T-174	10.567	-	-	10.567
SOL-T-194	8.049	-	-	8.049
SOL-T-195	4.400	-	-	4.400
SOL-T-196	5.940	-	-	5.940
SOL-T-197	10.561	-	-	10.561
SOL-T-218	5.278	-	-	5.278
SOL-T-219	9.892	(9.892)	-	-
SOL-T-220	10.553	(10.553)	-	-
Total Solimões	167.095	(31.388)	-	135.707
ES-BT-400	100	-	-	100
RIOP-T-75	3	(3)	-	-
REC-T-158	51	-	-	51
REC-T-240	11	(11)	-	-
Total outros onshore no Brasil	165	(14)	-	151
Total de bonus <i>onshore</i>	167.260	(31.402)	-	135.858
<i>Offshore</i>				
PEL 0023	53.689	(43.240)	-	10.449
PEL 0028	47.312	(27.266)	2.934	22.980
PEL 0024	1.118.865	(916.162)	29.669	232.372
PEL 0022	109.968	(27.985)	12.000	93.983
PEL 0017	2.558	(2.558)	-	-
Total de bonus <i>offshore</i>	1.332.392	(1.017.211)	44.603	359.784

Recentemente, o Grupo notificou a ANP a intenção de abandono dos blocos BT-SOL 219 e BT-SOL-220, principalmente devido a dificuldades na realização de levantamentos geofísicos e obtenção de licenças ambientais. Assim, o bônus de aquisição foi reclassificado para o resultado do Grupo, no valor de R\$20.445.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível (Consolidado)--Continuação

Adicionalmente, os custos de perfuração dos poços Wingat, Murombe e Moosehead, localizados na Namíbia e do poço 1-HRT-11 localizado na Bacia do Solimões no montante total de R\$ 570.706 foram reclassificados para o resultado do período, uma vez que não identificaram recursos economicamente viáveis.

Para os demais blocos na Bacia do Solimões, o Grupo conseguiu prorrogação dos prazos de blocos exploratórios SOL-T-151, SOL-T-174, SOL-T-192, SOL-T-196, SOL-T-197, SOL-T-214, SOL-T-215, SOL-T-216, SOL-T-217 e SOL-T-218 aumentando o período em 4 anos. A estratégia do Grupo é a realização de um farm-out de parte deste projeto, como uma alternativa para o financiamento de investimentos. Além disso, foi efetuado estudo para a monetização de descobertas de gás e suas alternativas de implementação estão em curso com o atual parceiro nesses ativos (Rosneft) e com outros potenciais parceiros para o desenvolvimento dos ativos.

A HRT O&G solicitou à ANP prorrogação ou suspensão do segundo período da fase exploratória dos blocos SOL-T-148, SOL-T-149 e SOL-T-195, e recebeu, em 28 de janeiro de 2014, um ofício informando que foi indeferida esta solicitação, mantendo-se o prazo final de 5 de maio de 2014.

A administração definiu por provisionar a possível perda ("impairment") do valor correspondente aos bônus relacionados aos blocos SOL-T-148 e SOL-T-149, no valor total de R\$4.630, sendo que para o bloco SOL-T-195 existem boas expectativas de reverter esta situação e obter a renovação.

Para o projeto Namíbia, os custos de perfuração de poços Wingat, Murombe e Moosehead foram transferidos para o resultado em conformidade com as melhores práticas contábeis. Esta reclassificação reflete o resultado dos testes das estruturas geológicas dos poços perfurados e que não serão desenvolvidos no futuro.

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo realizou o teste de recuperabilidade dos ativos ("impairment") através do qual se apurou uma perda R\$945.535. Apesar do resultado negativo, a HRT atualmente não tem intenção de devolver nenhum dos seus blocos exploratórios, além daqueles já baixados, uma vez que pretende dar continuidade ao seu programa exploratório.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores no país	60.287	94.108
Fornecedores no exterior	3.075	7.379
	63.362	101.487

Em 31 de dezembro de 2013 os principais valores a pagar relacionados às operações no Solimões são com a Geoquasar, Queiroz Galvao e J.Malucelli, R\$12.709, R\$7.977 e R\$15.400 respectivamente.

16. Empréstimos (consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Credit Suisse	70.380	-
Banco Safra	-	1.890
Outros	-	84
	70.380	1.974
Não Circulante		
Credit Suisse	-	-
Banco Safra	-	1.260
	-	1.260
Total	70.380	3.234

A HRT O&G assinou com o banco Credit Suisse um contrato de financiamento no montante de US\$75.000 pelo prazo de 24 meses. Conforme o contrato a amortização seria em 6 parcelas. As condições contratuais são: taxa prefixada de 7,25%a.a e a taxa variável de 1,5% sobre a produção estimada do ativo nos 12 primeiros meses, e 1,25% sobre a produção estimada entre o 13º mês e 24º mês.

Este financiamento foi vinculado a operação de compra de Polvo, e o pagamento das parcelas condicionado a conclusão da operação e aquisição do ativo pelo Grupo HRT. Caso a operação não fosse aprovada, o financiamento seria devolvido ao Credit Suisse. As datas de pagamento foram contratadas, como segue:

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos (consolidado)--Continuação

Prestações	Data de vencimento	Percentual (%)
1	15/10/2013 (*)	53,33
2	15/04/2014	9,33
3	15/07/2014	9,33
4	15/10/2014	9,33
5	15/01/2015	9,34
6	15/04/2015	9,34

(*) Ou aprovação da ANP, o que acontecer primeiro.

A Cessão de Direitos relativa à participação no Campo de Polvo foi aprovada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 18 de dezembro de 2013.

A HRT O&G se tornou a operadora do Campo de Polvo após conclusão das etapas finais previstas no contrato de compra e venda ("Purchase" ou and Sale Agreement "PSA"), a partir de 08 de janeiro de 2014.

A HRT O&G realizou, em 21 de fevereiro de 2014, a quitação do saldo devedor deste financiamento. A primeira amortização, no valor de US\$40 milhões, foi realizada em 15 de outubro de 2013, e o saldo remanescente seria pago em 5 prestações trimestrais, a partir de abril de 2014, conforme demonstrado anteriormente.

A HRT O&G decidiu realizar o pré-pagamento da dívida com o objetivo de liberar um conjunto de garantias e obrigações relevantes determinadas pelo contrato do financiamento, e esta intenção foi manifestada a data de encerramento das demonstrações, o que levou a reclassificação das parcelas vincendas para o "passivo circulante", e consequentemente a reclassificação das garantias para o "ativo circulante".

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impairment

Anualmente a Administração revisa o valor contábil líquido dos ativos a fim de identificar eventos ou mudanças nas expectativas econômicas e operacionais que possam identificar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo realizou o teste de perda ao valor recuperável dos seus ativos, e foi apurada uma perda total no montante de R\$1.685.486.

Ativos mantidos para vendas

O valor contábil histórico das quatro sondas do Grupo que foram incluídas no programa de investimento é de R\$144.326. O valor recuperável foi determinado em US\$36 milhões (equivalente a R\$84.332) a partir do valor líquido de venda, o qual está baseado em valor de mercado, tendo como referência transações recentes de ativos semelhantes, bem como as negociações em curso para venda do ativo.

Ativos exploratórios na Namíbia

Licença	Bônus de assinatura	Impairment	Bônus de assinatura final *	Goodwill	Impairment (Goodwill)	Goodwill final*
PEL 0023	53.689	(43.240)	10.449	-	-	-
PEL 0028	50.246	(27.266)	22.980	15.042	(15.042)	-
PEL 0024	1.148.534	(916.162)	232.372	355.713	(355.713)	-
PEL 0022	121.968	(27.985)	93.983	34.962	(34.962)	-
PEL 0017	2.558	(2.558)	-	813	(813)	-
	1.376.995	(1.017.211)	359.784	406.530	(406.530)	-

Ativos exploratórios no Solimões

Blocos	Bônus de assinatura	CAPEX	Impairment total
SOL-T-148	(664)	-	(664)
SOL-T-149	(3.966)	-	(3.966)
SOL-T-170	(3.009)	(101.439)	(104.448)
SOL-T-172	(3.304)	(89.370)	(92.674)
	(10.943)	(190.809)	(201.752)

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Impairment--Continuação

Ativos exploratórios no Solimões--Continuação

Conforme mencionado na nota 14, o Grupo efetuou campanhas exploratórias em determinados prospectos através da perfuração dos poços Wingat, Murombe e Moosehead, os quais foram concluídos como seco ou sub-comerciais. Como consequência, o Grupo decidiu por descontinuar os esforços exploratórios nesses prospectos e, por conseguinte, o saldo do bônus de assinatura e ágio (goodwill).

Os prospectos relacionados aos Blocos SOL-T-148/149/170/172, localizados na Bacia do Solimões, foram igualmente incluídos na provisão para impairment, uma vez que concluiu-se pela não inclusão desses no projeto de monetização do gás da Bacia do Solimões.

A recuperação dos gastos exploratórios capitalizados nos demais prospectos depende do sucesso da campanha exploratória futura. Para tanto, o Grupo mantém corpo técnico dedicado a análise dos prospectos e alternativas para monetizá-los. Nessa avaliação, também é levado em consideração às alternativas para financiamento dos trabalhos adicionais, bem como o prazo remanescente concedido pelos órgãos competentes para efetuar campanhas exploratórias adicionais.

Para os prospectos mantidos em seu ativo, o Grupo entende que vem envidando os esforços necessários para alcançar o resultado esperado e, conforme mencionado na nota 1, busca parcerias estratégicas por meio da redução da sua participação para obter os recursos necessários aos investimentos adicionais.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

Sondas helitransportáveis arrendadas da companhia Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.

Queiroz Galvão

A controlada HRTOG (arrendatária) possui contratos de arrendamento e de prestação de serviços de duas sondas helitransportáveis com a Queiroz Galvão (arrendadora) firmados em 03 de agosto de 2010, com vigência de 4 anos, contada a partir de 15 de abril de 2011.

Os pagamentos futuros mínimos, descontados a valor presente estão estimados da seguinte forma:

Pagamentos futuros mínimos (em US\$ mil)

Ano 1 (até 12/2014)	15.885
Ano 2 (01/2015 até 05/2015)	5.725
	21.610

(a) Taxa 0,7974% ao mês

19. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
PIS e COFINS sobre Importação de serviços	-	-	-	1.910
Imposto sobre serviços	45	45	3.808	3.025
IRRF sobre serviços	1.253	1.322	3.285	5.206
Contribuição social sobre serviços	31	60	3.444	7.698
INSS	6.825	1.549	14.624	12.067
FGTS	575	32	921	906
Outros	8	9	219	4.436
	8.737	3.017	26.301	35.248

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL	(2.309.512)	(149.497)
Adições permanentes	2.284.590	131.814
Exclusões permanentes	-	-
Base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	(24.922)	(17.683)
Imposto de renda e contribuição social	-	-

Empresas	Prejuízo fiscal		Crédito fiscal	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
H RTP	47.503	23.085	16.151	7.849
H RT OG	608.269	343.852	206.812	116.910
I P EX	13.564	7.136	4.612	2.426
H RT AF	9.038	8.546	3.073	2.906
AA	-	21.344	-	7.257
	678.374	403.963	230.648	137.348

O Grupo possui prejuízos fiscais gerados no Brasil passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício. Em razão da ausência de histórico de rentabilidade e das incertezas envolvendo o ramo de atividade do Grupo, a Administração optou, conservadoramente, por não reconhecer contabilmente estes créditos tributários, os quais serão reconhecidos à medida que os lucros tributários futuros forem gerados.

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo está como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	-	-
Diferença temporária sobre ativos reconhecidos a valor justo em combinação de negócios	63.450	114.253	126.877	431.825
	63.450	114.253	126.877	431.825

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo possui o saldo de R\$80.817 referente ao imposto de renda diferido passivo decorrente de diferenças entre a base contábil e a base fiscal de ativos oriundos da aquisição da HRT Canadá, devido a não dedutibilidade do mesmo para fins de legislação canadense.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos e base de cálculo dos juros sobre o capital próprio durante a vigência do RTT.

A MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. Com base no texto vigente estimamos que a MP 627 não gere efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$3.821.205 está representado por 297.466.746 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal. O capital autorizado do Grupo é de R\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais).

Vale mencionar que, em 27 de abril de 2012 foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária, o desdobramento das ações de emissão do Grupo à razão de 1/50, de forma que cada ação de emissão do Grupo passe a ser representada por 50 (cinquenta) ações.

Foram realizados aumentos de capital mediante a emissão de ações da mesma espécie, conforme demonstrado a seguir:

Datas	Valor	Nº de ações
Capital social total em 01 de janeiro de 2013	3.817.130	295.412.650
Integralização de opção de ações	4.075	2.054.096
Capital social total em 31 de dezembro de 2013	3.821.205	297.466.746

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

21.2. Remuneração com base em participação acionária

Primeiro programa (SOP I)

A Companhia aprovou em 14 de maio de 2010, o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações (Stock Options), no total de 10.342 ações, 4.926.000 ações após o desdobramento ocorrido em 2010 e 2012. Deste total já foram emitidas e exercidas 4.394.300 ações e 443.050 canceladas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração registrou a despesa relativa a este plano de opções na rubrica 'despesas de pessoal' no resultado do exercício, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial - Remuneração com base em participação acionária") no montante de R\$22.983.

O Conselho de Administração da Companhia propôs a criação de dois novos planos de incentivos, a serem administrados e implementados pela Diretoria Executiva.

Plano de Retenção (SOP II)

Em 27 de abril de 2011, em Assembleia Geral de Acionistas, os planos de incentivo de longo prazo foram aprovados com o objetivo de (i) atrair e reter colaboradores chaves da Companhia e suas subsidiárias e (ii) premiar colaboradores em função de seus respectivos desempenhos. Os planos permitem o pagamento dos bônus em moeda corrente e/ou ações.

A distribuição de ações aos colaboradores nos dois planos não pode exceder, a qualquer momento, o limite de 5% do total de ações em circulação.

Os programas foram propostos pelo Conselho de Administração, assessorados pelo Comitê de Compensação e Remuneração e são administrados e implementados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Em 9 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opções de subscrição de até 6.667.950 ações da Companhia aos administradores e colaboradores estratégicos da Empresa, objetivando não só a retenção destes colaboradores. Em 3 de setembro de 2012 foram outorgadas 6.630.450 ações.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

21.2. Remuneração com base em participação acionária--Continuação

Plano de Retenção (SOP II)--Continuação

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 10 (*IFRS 2*) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento patrimonial foi mensurado na data da outorga das opções, utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes Merton* baseado com as seguintes premissas:

Total de opções concedidas	6.630.450
Preço por ação (em reais)	R\$2,22
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$5,55
Volatilidade média estimada do preço por ação	127,49%
Taxa média de retorno livre de risco	8,74%
Duração da opção	3 anos

Até 31 de dezembro de 2013, a Administração registrou despesa relativa ao plano de opções na rubrica 'despesas de pessoal' no resultado do exercício, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial - Remuneração com base em participação acionária") no montante de R\$6.159. Este valor foi apurado levando-se em consideração a diferença entre o valor justo das ações e o seu preço, calculada pelo método pró-rata temporis entre o período transcorrido desde a data da outorga até a data da apresentação das Informações trimestrais exercidas.

Até 31 de dezembro de 2013, levando-se em consideração as premissas do programa, já foram emitidas e exercidas 1.478.524 ações e 687.872 opções canceladas.

Bônus de Performance (SOP III)

Em 17 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração deliberou e em 2 de janeiro de 2013 a Diretoria aprovou a outorga de opções de subscrição de até 5.449.039 ações da Companhia aos administradores e colaboradores estratégicos da Empresa, objetivando não só a retenção destes colaboradores considerados importantes, como a estabilidade necessária à continuidade das atividades do Grupo HRT.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

21.2. Remuneração com base em participação acionária--Continuação

Bônus de Performance (SOP III)--Continuação

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 10 (IFRS 2) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento financeiro é mensurado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação

Black-Scholes Merton com base nos seguintes pressupostos:

Total de opções concedidas	5.449.039
Preço por ação (em reais)	R\$2,06
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$5,87
Volatilidade média estimada do preço por ação	74,22%
Taxa média de retorno livre de risco	8,22%
Duração da opção	imediata

Até 31 de dezembro de 2013, a Administração registrou a despesa relativa ao plano de opções na rubrica 'despesas de pessoal' no resultado do exercício, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial - Remuneração com base em participação acionária") no montante de R\$16.041. Este valor foi apurado levando-se em consideração a diferença entre o valor justo das ações e o seu preço.

Em 31 de dezembro de 2013, 980.872 opções foram exercidas e 939.311 opções canceladas.

No âmbito do Plano de Outorga de Opções de Ações nº 4 foram outorgadas opções representativas de até 1.750.000 ações de emissão da Companhia. Nenhuma opção foi exercida nem cancelada até 31/12/2013.

	Total
Saldo em 31/12/2012	79.618
Outorgas	29.451
Reversões	(7.281)
Cancelamentos	606
Saldo em 31/12/2013	102.394

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

21.3. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), o Grupo apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Uma vez que o Grupo apresentou prejuízo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a conversão das ações potenciais teria um efeito antidilutivo, razão pela qual presumisse a não conversão, conforme requer o CPC 41. Assim, o resultado básico e dilutivo por ação são iguais.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Apuração do resultado básico e diluído por ação	31/12/2013	31/12/2012
Numerador (em R\$ mil)		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas do Grupo	(2.237.870)	(277.566)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	297.017.845	294.290.825
Resultado básico e diluído por ação	(7,534)	(0,943)

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Transações com partes relacionadas

Contratos entre partes relacionadas

As operações comerciais da HRT com suas controladas são efetuadas a preços e condições normais de mercado.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores do Grupo para o período findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$8.119 (R\$11.690 em 2012).

Além disso, o Grupo reconheceu, conforme normas contábeis em vigor, despesa no valor de R\$7.945 (R\$9.437 em 2012) a título de remuneração baseada em ações, concedida ao amparo do programa mencionado na nota explicativa 21.2.

Durante o exercício de 2013, três executivos deixaram o Grupo, e o Grupo incorreu em despesas de indenização (*severance package*) que representaram um montante bruto de R\$21.961 (R\$26.353 incluindo INSS).

A Administração e o Comitê de Auditoria foram informados em 9 de agosto de 2013 que os cálculos dos valores das indenizações pagas estão sendo revistos pelo Comitê de Remuneração para futura recomendação para o Conselho de Administração, representando que potenciais valores sejam recebidos pelo Grupo. Sobre os valores brutos, R\$9.720 acrescidos de encargos sociais refletem o potencial pagamento a maior aos executivos, para os quais o Grupo irá buscar ressarcimento. Em dezembro de 2013 um dos ex-executivos solicitou a instauração de processo arbitral questionando os novos valores calculados pela Companhia.

23. Garantias e compromissos

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo e suas controladas possuem diversos contratos com fornecedores para a atividade de Exploração, que em sua maioria são do tipo “guarda-chuva” e envolvem prestação de serviços, materiais e equipamentos com vencimentos diversos, abrangendo, principalmente, a locação e operação de sondas, serviços de perfuração, fornecimento de combustível, sísmicas, entre outros.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Garantias e compromissos--Continuação

Em 28 de junho de 2012 foi assinado o compromisso junto à Transocean Group para utilização da plataforma Marianas na campanha exploratória dos ativos na República da Namíbia, por um período de 280 dias a partir de fevereiro de 2013. Para tanto, foram exigidas garantias no valor total de USD 50 milhões.

Em 19 de dezembro de 2012 foi assinado o compromisso junto à Services Petroliers Schlumberger para prestação de serviços relacionados à perfuração dos poços na Namíbia. Foi exigido uma garantia no valor total de USD 20 milhões.

Até 31 de dezembro de 2013, os valores mantidos em garantia mencionados acima foram utilizados para pagar os custos remanescentes com estes dois fornecedores e a diferença retornou para a liquidez da Companhia.

Em 06 de maio de 2013 foi assinado o compromisso junto a BP Energy do Brasil Ltda. para aquisição de 60% de participação no Campo de Polvo. Com intuito de garantir a operação, foi constituída uma conta reserva junto ao banco Citibank NA (NY), tendo seus recursos transferidos e aplicados num fundo de investimento da instituição BlackRock no valor total de US\$94.6 milhões, R\$222.011 em 31 de dezembro de 2013. Na mesma data, foi assinado um contrato de financiamento no valor total de USD75 MM conforme mencionado na Nota 19, para aquisição do ativo, e foi exigida uma garantia no valor total de USD 37.5 milhões, que deduzida após amortização parcial da dívida, apresenta saldo em 31 de dezembro de 2013 de USD 21,8 MM, equivalente a R\$50.991.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Garantias e compromissos--Continuação

Dos 19 blocos sob concessão na Bacia de Solimões, 17 encontram-se no segundo período exploratório com compromisso mínimo de perfuração de 1 poço por bloco, até o horizonte lito-estratigráfico formação Juruá e 2 blocos encontram-se no primeiro período exploratório e possuem o compromisso mínimo de aquisição de dados sísmicos e levantamento aerogeofísico, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Blocos	Período exploratório	Término em	Programa exploratório mínimo	Atividade realizada	Observação
SOL-T-169	2º Período	2014	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-2-AM e Poço 1-HRT-8-AM	Pedido para extensão do período da 2ª Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-168/ SOL-T-170/ SOL-T-191	2º Período	2014	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-3-AM; Poço 1-HRT-1-AM; Poço 1-HRT-6-AM Poço 1-HRT-9-AM	Pedido para extensão do período da 2ª Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-148/ SOL-T-149/ SOL-T-172/ SOL-T-194/ SOL-T-195	2º Período	2014	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-4-AM Poço 4-HRT-7D-AM	Pedido de Prorrogação de prazo da fase exploratória apresentado a ANP.
SOL-T-151/ SOL-T-174/ SOL-T-192/ SOL-T-197/ SOL-T-214/ SOL-T-215/ SOL-T-216/ SOL-T-217	2º Período	2013	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-5-AM Poço 1-HRT-10-AM Levantamento de dados aerogeofísicos e geoquímicos, sem perfuração de poços e sem aquisição sísmica.	Pedido de prorrogação de prazo da Fase Exploratória apresentado à ANP para mais 4 anos.
SOL-T-196/ SOL-T-218	2º Período	2013	1 poço por bloco até Fm. Juruá (vinculado ao compromisso do SOL-T-195)	Levantamento de dados aerogeofísicos e geoquímicos, sem perfuração de poços e sem aquisição sísmica.	-
SOL-T-219/ SOL-T-220	1º Período	2013	Aquisição de dados sísmicos Levantamento aerogeofísico	Levantamento de dados aerogeofísicos e geoquímicos, sem perfuração de poços e sem aquisição sísmica.	-

Em relação ao programa exploratório mínimo das licenças da Namíbia, temos os seguintes compromissos assumidos:

PEL	Período exploratório	Término em	Programa exploratório mínimo	Atividade realizada
022 (blocos 2815, 2816 e 2915)	1º Período	2014	USD 3,1MM 1.500 Km sísmica 2D ou 400 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 1.137 km ² de sísmica 3D
023 (blocos 2112B e 2212 ^a)	1º Período	2013	USD 2,0MM 200 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 5.359 km ² de sísmica 3D
024 (blocos 2713A e 2713B)	1º Período	2015	USD 1,1MM 1.000 Km sísmica 2D ou 400 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 1.424 km ² de sísmica 3D
028 (blocos 2813A, 2814B e 2914A)	1º Período	2015	USD 8,5MM 2.000 Km sísmica 2D ou 500 Km ² sísmica 3D	Aquisição de 1.237 km ² de sísmica 3D

Nos termos do Participation Agreement assinado com a HRT Canadá e a Acarus, em 01 de dezembro de 2010, o Grupo tem o compromisso de arcar com 50% dos custos das operações de exploração e avaliação no PEL 28, localizados no offshore da Namíbia.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento

As informações por área de negócios (segmento operacional) estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento. As operações do Grupo estão segmentadas da seguinte forma:

a) Exploração e produção

Compreende as atividades de exploração e produção de petróleo e derivados com objetivo de comercialização no Brasil e no exterior.

b) Geologia e geofísica

Compreende os serviços de geologia e geofísica.

c) Administração e outros

Compreende basicamente o escritório central do Grupo.

A Administração monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. Os segmentos são avaliados com base nos lucros ou prejuízos operacionais que, em alguns casos, conforme demonstrado na tabela abaixo, são medidos de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas demonstrações financeiras consolidadas.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento--Continuação

	31/12/2013					31/12/2012		
	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros	Ajustes e Eliminações	Consolidado	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros
Receitas externas líquidas	-	4.395	-	-	4.395	-	6.746	-
Receitas intersegmento líquidas	65.100	18.468	-	(83.568)	-	111.238	28.290	-
Receita líquida	65.100	22.863	-	(83.568)	4.395	111.238	35.036	-
Custos das vendas	(22.723)	(11.984)	-	32.440	(2.267)	(17.007)	(13.611)	-
Lucro bruto	42.377	10.879	-	(51.128)	2.128	94.231	21.425	-
Despesas de geologia e geofísica	(45.682)	(40)	-	1.606	(44.116)	(167.119)	-	-
Despesas com pessoal	(57.678)	(13.919)	(87.011)	(9.717)	(168.325)	(118.114)	(13.618)	(75.674)
Despesas gerais e administrativas	(34.830)	(5.690)	(5.770)	(238)	(46.528)	(32.288)	(3.480)	(6.115)
Despesas com serviços de terceiros	(31.735)	(756)	(8.312)	-	(40.803)	(55.036)	(650)	(21.007)
Impostos e taxas	(7.797)	(145)	(1.304)	-	(9.246)	(21.575)	(1.388)	(1.126)
Despesa de depreciação	(11.234)	(2.376)	(194)	(11.529)	(25.333)	(19.677)	(1.642)	(154)
Provisão de Impairment	(1.563.665)	-	(121.821)	-	(1.685.486)	-	-	-
Baixa de Poço Seco	(662.171)	-	-	71.006	(591.165)	(44.115)	365	10
Resultado financeiro líquido	31.082	14	12.970	-	44.066	73.390	22	53.206
Outras receitas (despesas) operacionais	1.470	7	2.273	(104)	3.646	-	-	-
Resultado antes dos tributos	(2.339.863)	(12.026)	(209.169)	(104)	(2.561.162)	(290.303)	1.034	(50.860)

1. Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.
2. As informações por segmento consideram o resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL.
3. Os ativos e passivos operacionais dos segmentos não incluem saldos intersegmentos.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento--Continuação

Informações geográficas--Continuação

	31/12/2013			
	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	587.364	2.199	33.771	623.334
Exterior	40.525	9.391	-	49.916
Ativo não circulante				
Brasil	598.476	3.510	13.550	615.536
Exterior	513.865	2.628	-	516.493

	31/12/2012			
	Exploração e produção	Serviços de Geologia e Geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	586.942	3.946	339.455	930.343
Exterior	52.587	-	-	52.587
Ativo não circulante				
Brasil	1.198.782	4.669	1.134	1.204.585
Exterior	2.068.953	-	-	2.068.953

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da HRT referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados na campanha exploratória do Grupo, bem como a contratos de garantia financeira. Por outro lado, mantém no ativo, disponibilidades financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 6 e 7.

O Grupo está exposto a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), crédito, liquidez e ambiental. A alta administração do Grupo efetua a gestão desses riscos através da prática de políticas e procedimentos apropriados. Todas as atividades com derivativos são efetuadas com a finalidade de gestão de risco e realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política do Grupo não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Compete ao Conselho de Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de taxa de juros

A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, em moeda nacional, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, no lucro e no patrimônio do Grupo, antes da tributação, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II) 25%	Cenário (III) 50%
Renda de aplicações financeiras	Queda do CDI / Libor	29.409	105.946	211.893
Ponta ativa do swap (CDI x USD)	Queda do CDI	29.440	395.892	820.804
Empréstimo Credit Suisse	Alta do CDI	29.440	455.191	881.362

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos, rendimentos e variação de derivativos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio

O risco cambial é a exposição às oscilações nos níveis de preço de um produto ou serviço contratado (fluxo de caixa futuro) em moeda estrangeira pelo Grupo HRT. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo e aos investimentos líquidos em controladas no exterior.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio e seu impacto no lucro e no patrimônio do Grupo, antes da tributação.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II) 25%	Cenário (III) 50%
Renda de aplicações financeiras	Queda do dólar	2.468	71.271	140.073
Investimentos nas controladas	Queda do dólar	53.036	975.855	1.951.710
Ponta passiva do swap (USD x CDI)	Alta do dólar	21.650	370.701	741.623

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios do Grupo.

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	33.582	-	-	-	-	33.582
Títulos e valores mobiliários	120.957	-	273.001	-	-	393.958
Tributos a recuperar	-	-	42.523	-	-	42.523
Adiantamento a fornecedores	-	-	33.008	-	-	33.008
Despesas antecipadas	-	-	3.057	-	-	3.057
Ativo mantido para venda	-	-	155.540	-	-	155.540
Outros	-	-	11.581	4.590	-	16.171
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	-	(70.380)	-	-	(70.380)
Operações com derivativos	-	-	(11.163)	-	-	(11.163)
Fornecedores e outros	-	-	(89.259)	-	-	(89.259)
Obrigações trabalhistas	-	-	(17.669)	-	-	(17.669)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(26.366)	-	-	(26.366)
Outras obrigações	-	-	(8.968)	-	-	(8.968)
	154.539	-	294.905	4.590	-	454.034
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012						
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	37.608	-	-	-	-	37.608
Títulos e valores mobiliários	870.650	-	-	143.559	-	1.014.209
Clientes	-	-	3.377	-	-	3.377
Tributos a recuperar	-	-	57.706	-	-	57.706
Adiantamento a fornecedores	-	-	10.190	12.706	-	22.896
Despesas antecipadas	-	-	2.011	-	-	2.011
Outros	-	-	1.354	-	-	1.354
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	(113.231)	-	-	-	(113.231)
Operações com derivativos	-	(20.801)	-	-	-	(20.801)
Fornecedores e outros	-	(23.504)	-	-	-	(23.504)
Obrigações trabalhistas	-	-	(311)	(157.248)	-	(157.559)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(1.974)	(1.260)	-	(3.234)
Gastos com emissão de ações	-	-	(1.605)	-	-	(1.605)
Outras obrigações	-	-	(2.563)	-	-	(2.563)
	908.258	(157.536)	68.185	(2.243)	-	816.664

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Controladora--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	18	-	-	-	-	18
Títulos e valores mobiliários	18.165	-	-	-	-	18.165
Tributos a recuperar	-	-	14.222	-	-	14.222
Adiantamento a fornecedores	-	-	113	-	-	113
Despesas antecipadas	-	-	1.148	-	-	1.148
Outros	-	-	103	4.392	-	4.495
Passivo						
Fornecedores e outros	-	-	(3.602)	-	-	(3.602)
Obrigações trabalhistas	-	-	(8.450)	-	-	(8.450)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(8.737)	-	-	(8.737)
Outras obrigações	-	-	(180)	-	-	(180)
	18.183	-	(5.383)	4.392	-	17.192
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	130	-	-	-	-	130
Títulos e valores mobiliários	318.197	-	-	-	-	318.197
Tributos a recuperar	-	-	20.714	-	-	20.714
Adiantamento a fornecedores	-	-	151	-	-	151
Despesas antecipadas	-	-	82	-	-	82
Outros	-	-	156	-	-	156
Passivo						
Fornecedores e outros	-	-	(1.129)	-	-	(1.129)
Obrigações trabalhistas	-	-	(6.698)	-	-	(6.698)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(3.017)	-	-	(3.017)
Outras obrigações	-	-	(219)	-	-	(219)
	318.327	-	10.040	-	-	328.367

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo.

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

26. Risco ambiental

O Grupo possui um programa sócio-ambiental abrangente, amparado por sistema de gestão de saúde, segurança e meio ambiente (SMS), compatível com a sensibilidade dos ecossistemas da bacia do Solimões, que inclui áreas de biodiversidade e de culturas tradicionais.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Com efeito, possui, em conjunto com as demais empresas do Grupo, coberturas contra os principais riscos, tais como danos materiais, bens do ativo fixo e D&O - com cobertura "A" (indenização em nome dos Administradores), "B" (reembolso à sociedade) e "C" (extensão de cobertura da Companhia para reclamações diretamente relacionadas com o mercado de capitais).

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2013 cobrem a importância de R\$648.493 e o valor total do prêmio, de acordo com a vigência, é de R\$6.141. A seguir demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil dos administradores - D&O	200.000
Incêndio, raio, explosão e implosão	27.413
Equipamento eletrônico	706
Aeronaves	149.750
Transporte	50
Riscos de petróleo	251.371
Responsabilidade civil geral	16.840
Veículos	798
Residencial	1.565
Total segurado	648.493

Dentre as principais coberturas previstas no seguro de responsabilidade civil dos administradores - D&O estão indisponibilidade de bens e penhora online, responsabilidades estatutárias, despesas de publicidade, responsabilidade por erros e omissões na prestação de serviços profissionais, danos corporais, reclamações do tomador contra o segurado e de segurado contra segurado.

Também, reclamações por danos ambientais, responsabilidade do cônjuge ou companheiro em união estável, custos de extradição, espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais, administradores de entidades externas, despesas emergenciais, e inabilitação do exercício da função de administrador.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui apólices de seguros no valor de R\$98.000 (R\$220.115 em 2012) em garantias prestadas à ANP, contratadas para garantir a passagem para o segundo período de exploração dos blocos localizados na bacia do Solimões. O valor total do prêmio para esses seguros garantia é de R\$3.563. A redução do valor total do prêmio se deu pelo fato de terem ocorridos duas devoluções de garantias financeiras pela ANP. Desta forma, em 06 de novembro de 2013, a empresa recebeu R\$85 pelo cumprimento do PEM do Bloco SOL-T-191. Em 09 de dezembro de 2013, a empresa recebeu R\$59 pelo cumprimento do PEM do Bloco SOL-T-172

Em 14 de junho de 2013, ocorreu um acidente com um de seus helicópteros, um Bell 212 registrado sob o prefixo PR-HRZ, operado pela HRT O&G no Município de Tefé, no Estado do Amazonas. Em 16 de setembro de 2013, a empresa recebeu indenização de seguros no valor com a J. Malucelli Seguros de R\$7.770.

28. Contingências

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui os seguintes processos judiciais:

1. O Grupo HRT é réu em 08 (oito) ações cíveis, que perfazem um valor aproximado de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais).
2. O Grupo HRT é réu em 04 (quatro) procedimentos administrativos envolvendo aspectos tributários, que perfazem um valor aproximado de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais).
3. Tuscany Perfurações Brasil Ltda. e Tuscany Rig Leasing S.A. instauraram procedimento arbitral em face da HRT O&G, tendo atribuído à arbitragem o valor de US\$32.316.688,40 e R\$7.327.913,59. A HRT O&G apresentou pedido contraposto no valor de US\$18.943.655,28.
4. O Grupo HRT é co-reclamado em 199 (cento e noventa e nove) reclamações trabalhistas, que perfazem aproximadamente um valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). O Grupo HRT é parte em 21 (vinte e uma) reclamações trabalhistas que perfazem aproximadamente um valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destas, 11 (onze) reclamações trabalhistas apresentam risco de perda provável. A companhia reconheceu provisão para contingências de R\$ 260.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Contingências--Continuação

Exceto com relação as onze reclamações trabalhistas mencionadas no item 2 desta nota, segundo os consultores jurídicos do Grupo, o risco de perda das demais causas é “possível”. Com base nessa avaliação, a Administração decidiu não constituir provisão para contingências, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

29. Eventos subsequentes

29.1. Cessão de Direitos do Campo de Polvo

Em 18 de dezembro de 2013 a Cessão de Direitos relativa à participação no Campo de Polvo da BP Energy do Brasil Ltda (“BP”) foi aprovada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), através do Ofício nº 1.397/2013/SEP.

As etapas finais previstas no contrato de compra e venda (“Purchase and Sale Agreement” ou “PSA”) foram concluídas na primeira quinzena de janeiro de 2014, e a HRT O&G se tornou a operadora do Campo de Polvo desde 08 de janeiro de 2014.

29.2. Quitação antecipada de financiamento

A HRT O&G realizou, em 21 de fevereiro de 2014, a quitação do saldo devedor do financiamento contraído em maio de 2013 com o banco Credit Suisse, para a aquisição de 60% do Campo de Polvo, na Bacia de Campos.

A primeira amortização, no valor de US\$ 40 milhões, foi realizada em 15 de outubro 2013, e o saldo remanescente seria pago em 5 prestações trimestrais, a partir de abril de 2014, entretanto a Companhia decidiu realizar o pré-pagamento antecipado da dívida, de modo a liberar um conjunto de garantias e obrigações relevantes determinadas pelo contrato de financiamento.

29.3. Processo Arbitral - Geoquasar

Em 18 de março de 2014, a HRT O&G recebeu correspondência da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (*International Chamber of Commerce - “ICC”*) com a notificação de um Requerimento de Arbitragem por parte do ex-fornecedor Geoquasar Energy Solutions Participações Ltda. que indicou um valor em disputa de US\$ 28,6 milhões, o que será devidamente contestado dentro desse processo arbitral.

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes--Continuação

29.4. Transferência de Participação nos Blocos do Solimões

Em 21 de março de 2014, a HRT O&G assinou contrato definitivo para a transferência de 6% de participação sobre os direitos e obrigações, e da operação da Joint Venture da Bacia Sedimentar do Solimões para a Rosneft Brasil, que passou a deter 51%. Esta transação também contempla a venda de quatro sondas de perfuração helitransportáveis pela HRT BV para a Rosneft LatAm.

O valor total da transação é de US\$96 milhões. Desta quantia, US\$54 milhões foram recebidos no segundo semestre de 2013, outros US\$18 milhões serão recebidos até o final do primeiro trimestre de 2014, e o valor remanescente de US\$24 milhões será recebido quando da conclusão da operação, após aprovação da ANP, prevista para meados de 2014. O valor contempla toda a transação informada acima, e a quitação dos cash calls pendentes por parte da Rosneft até outubro de 2013. A Rosneft concederá um empréstimo à HRT de até US\$40 milhões para o financiamento dos seus investimentos no Solimões por um período de 12 meses a contar da data de fechamento do contrato.